

TERRITÓRIOS INSURGENTES: A CRISE AMBIENTAL E AS ALTERNATIVAS ECOSOCIALISTAS NO CONTEXTO URBANO

INSURGENT TERRITORIES: ENVIRONMENTAL CRISIS AND ECOSOCIALIST ALTERNATIVES IN THE URBAN CONTEXT



Ana Elisa Rezende de Freitas

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

ana.elisa23@discente.ufg.br



Débora Ferreira da Cunha

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Goiás, Brasil

debora@ufg.br

1

Resumo

O presente artigo analisa os impactos das crises ambientais nas grandes cidades brasileiras, discutindo o potencial das alternativas ecossocialistas para mitigar seus efeitos a partir de soluções urbanas sustentáveis. A pesquisa adota abordagem qualitativa e método dedutivo, com base em revisão bibliográfica e análise documental de inventários municipais e políticas públicas. Parte-se do pressuposto de que as mudanças climáticas intensificam desigualdades urbanas, afetando de forma desproporcional territórios periféricos e populações vulnerabilizadas (Acselrad, 2009; Maricato, 2011). Nesse contexto, o ecossocialismo oferece um referencial teórico-crítico que propõe a reorganização das relações entre sociedade e natureza, rompendo com a lógica produtivista do capitalismo urbano (Angus, 2016; Löwy, 2019). Práticas como hortas urbanas, redes de economia solidária e infraestruturas verdes emergem como expressões concretas de resistência socioambiental e autogestão territorial (Justo, 2020; Quinto; Ferriera Irala, 2021). Verificou-se que políticas públicas sustentadas em justiça ambiental, participação popular e territorialização de direitos são fundamentais para o enfrentamento das crises climáticas em escala local. Conclui-se que a transição ecossocialista exige a ampliação dos mecanismos de governança democrática, a adoção de instrumentos de planejamento inclusivo e o reconhecimento do protagonismo das periferias na construção de cidades resilientes (Harvey, 2012; Swyngedouw; Kaika, 2014). Tais medidas, se articuladas a redes como C40 e ICLEI (C40 Cities, 2015; Bulkeley; Castán Broto; Edwards, 2013), podem viabilizar novas institucionalidades urbanas comprometidas com a sustentabilidade e a equidade.

Palavras-chave: Ecossocialismo. Crise ambiental. Justiça ambiental. Planejamento urbano sustentável. Cidades brasileiras.

Abstract

This article analyzes the impacts of environmental crises on major Brazilian cities, discussing the potential of ecosocialist alternatives to mitigate their effects through sustainable urban solutions. The research adopts a qualitative approach and a deductive method, based on a literature review and documentary analysis of municipal inventories and public policies. It is assumed that climate change exacerbates urban inequalities, disproportionately affecting peripheral territories and vulnerable populations (Acselrad, 2009; Maricato, 2011). In this context, ecosocialism offers a critical theoretical framework that advocates for a reorganization of the relationship between society and nature, breaking with the productivist logic of urban capitalism (Angus, 2016; Löwy, 2019). Practices such as urban gardening, solidarity economy networks, and green infrastructure emerge as concrete expressions of socio-environmental resistance and territorial self-management (Justo, 2020; Quinto et al., 2021). It was found that public policies grounded in environmental justice, popular participation, and the territorialization of rights are essential to addressing climate crises at the local level. The study concludes that an ecosocialist transition requires expanding democratic governance mechanisms, adopting inclusive planning tools, and recognizing the role of peripheral communities in building resilient cities (Harvey, 2012; Swyngedouw; Kaika, 2014). When linked to international networks such as C40 and ICLEI, these measures may foster new urban institutionalities committed to sustainability and equity.

Keywords: *Ecosocialism. Environmental crisis. Environmental justice. Sustainable urban planning. Brazilian cities.*

Introdução

O século XXI está marcado por uma crise ambiental sem precedentes, caracterizada por eventos climáticos extremos, escassez hídrica, ilhas de calor urbanas e perda de biodiversidade em larga escala. Esses fenômenos são intensificados pela lógica do capitalismo fóssil e por padrões de urbanização predatórios, que contribuem para o agravamento das desigualdades sociais e ambientais, especialmente nas metrópoles, onde o crescimento insustentável rompe com a harmonia entre cidade e meio ambiente. (Angus, 2016). Nas grandes cidades brasileiras, observa-se um cenário de vulnerabilidade crescente, no qual populações periféricas são as mais impactadas por enchentes, deslizamentos, contaminação atmosférica e ausência de infraestrutura resiliente. A urbanização desigual e a ocupação desordenada do território tornaram-se vetores de amplificação dos efeitos da mudança climática.

O conceito de ecossocialismo surge como alternativa crítica, propondo uma abordagem que integra infraestruturas verdes, soluções baseadas na natureza e práticas urbanas sustentáveis. Fundamentado na crítica marxista ao metabolismo social capitalista, o ecossocialismo propõe uma racionalidade ecológica orientada para o bem comum, integrando justiça ambiental, igualdade social e sustentabilidade urbana (Harvey, 1996; Löwy, 2019). Essa perspectiva valoriza o planejamento urbano integrado a soluções baseadas na natureza (Nature-Based Solutions – NBS), como corredores ecológicos, agricultura urbana, telhados verdes, parques lineares e sistemas de drenagem sustentável, que operam não apenas como infraestrutura física, mas também como instrumentos de transformação social.

Estudos recentes têm demonstrado que infraestruturas verdes e soluções ecológicas integradas promovem múltiplos benefícios nos contextos urbanos: mitigação de eventos extremos, melhoria da qualidade do ar e da água, criação de microclimas urbanos, além de impactos positivos na saúde pública e na coesão comunitária (Kabisch *et al.*, 2016; IPCC, 2022). No entanto, a implementação dessas soluções em cidades brasileiras enfrenta barreiras político-institucionais, carência de investimentos públicos e disputas pelo uso do solo urbano.

A relevância histórica desse debate remonta às primeiras discussões sobre a relação entre sociedade e ambiente no campo da geografia crítica. David Harvey (1996) já destacava a necessidade de uma revisão nos modos de produção

capitalista para enfrentar os desafios ecológicos. Ao explorar a interação entre sustentabilidade e urbanização, este artigo visa embasar futuras pesquisas sobre como as infraestruturas verdes podem ser integradas às políticas públicas urbanas para mitigar os efeitos das crises climáticas nas cidades. No campo social, a pesquisa apresenta alternativas que impactam diretamente nas comunidades urbanas marginalizadas.

O objetivo geral deste estudo é analisar como as alternativas ecossocialistas podem mitigar os impactos das crises ambientais nas grandes cidades, propondo soluções baseadas na natureza e em práticas urbanas sustentáveis. Para tanto, pretende-se (i) identificar os principais problemas ambientais que afetam as metrópoles brasileiras nas últimas duas décadas; (ii) investigar as práticas ecossocialistas aplicadas em contextos urbanos para enfrentar esses desafios; e (iii) avaliar a eficácia das infraestruturas verdes e outras soluções sustentáveis no contexto brasileiro.

O recorte espacial da pesquisa contempla as grandes metrópoles brasileiras – como São Paulo, Rio de Janeiro, Recife e Porto Alegre – onde as desigualdades sociais e ambientais são mais evidentes. O recorte temporal abrange as últimas duas décadas, período marcado pela intensificação das crises ambientais e pelo surgimento de experiências ecoterritoriais inovadoras em zonas urbanas. A problemática central reside em compreender como as crises climáticas afetam as grandes cidades brasileiras e em que medida as propostas ecossocialistas oferecem respostas efetivas a esses impactos.

A hipótese que orienta este estudo é que as alternativas ecossocialistas, ao utilizar a sustentabilidade como pilar central, podem oferecer soluções viáveis para combater esses impactos ambientais nas metrópoles brasileiras.

Justiça Ambiental e o Direito à Cidade

O ecossocialismo propõe uma reorganização da sociedade em que as relações sociais e econômicas sejam pautadas pela sustentabilidade e pela equidade. Segundo Ian Angus (2016), para enfrentar a crise ambiental, é necessário transcender o sistema capitalista e adotar práticas que integrem justiça social e sustentabilidade ecológica.

No campo do urbanismo insurgente, Harvey (2006) destaca que as cidades contemporâneas são moldadas pelas dinâmicas do capital, resultando em segregação espacial e marginalização de grupos sociais. As práticas insurgentes, como a recuperação de espaços públicos abandonados, são uma forma de resistência à mercantilização dos espaços urbanos.

As infraestruturas verdes são uma das principais propostas ecossocialistas para mitigar impactos ambientais. Segundo Kabisch et al. (2016), elas incluem parques urbanos, mobilidade sustentável e recuperação de áreas degradadas, promovendo uma convivência harmoniosa entre cidade e natureza.

A sustentabilidade surge como um conceito central para mitigar os impactos climáticos e tornar as cidades mais resilientes. Sachs (2015) defende que o desenvolvimento sustentável é essencial para a adaptação das metrópoles, com práticas como o uso de energias renováveis, preservação de áreas verdes e incentivo ao transporte público.

Os conceitos de ecossocialismo, urbanismo insurgente, e infraestruturas verdes fornecem a base teórica para entender como essas práticas podem ser aplicadas em contextos urbanos desafiadores.

5

A distribuição desigual dos riscos ambientais

A distribuição dos riscos ambientais nas cidades brasileiras reflete padrões históricos de segregação socioespacial. Comunidades localizadas em encostas, margens de rios, áreas de alagamento ou regiões com baixa cobertura vegetal enfrentam maior exposição a eventos climáticos extremos, como enchentes, deslizamentos, ondas de calor e poluição atmosférica. Acselrad (2002) destaca que a injustiça ambiental se manifesta quando determinados grupos sociais são sistematicamente mais expostos aos danos ambientais, ao mesmo tempo em que possuem menor acesso a recursos de proteção, infraestrutura verde e representação política.

Além disso, dados recentes indicam que a intensificação das mudanças climáticas tende a amplificar essas desigualdades. Conforme relatório do IPCC (2022), os eventos extremos tornam-se mais frequentes e severos, afetando com maior intensidade populações urbanas já vulnerabilizadas. Além da distribuição

desigual dos riscos, David Schlosberg (2007) destaca que a justiça ambiental deve contemplar também o reconhecimento cultural dos grupos atingidos e sua participação nos processos decisórios, compondo uma abordagem pluralista e democrática.

O direito à cidade e a reconfiguração urbana

O conceito de direito à cidade, formulado por Henri Lefebvre (2001), reivindica o acesso equitativo aos bens urbanos, à participação na produção do espaço e à centralidade política dos habitantes na gestão territorial. No contexto da crise ambiental contemporânea, esse direito adquire novos significados, à medida que a crise ambiental exige reconfigurações profundas na infraestrutura, mobilidade, uso do solo e governança urbana com base em princípios de sustentabilidade, equidade e resiliência climática.

A noção de reconfiguração urbana implica o reconhecimento de que os modelos tradicionais de urbanização – centrados no automóvel, na especulação imobiliária e na impermeabilização dos solos – se tornaram incompatíveis com os limites ecológicos do planeta. Experiências recentes demonstram que soluções baseadas na natureza (NBS) – como corredores ecológicos, telhados verdes e sistemas de drenagem natural – promovem resiliência climática e justiça ambiental. Kabisch *et al.* (2016) argumentam que tais soluções oferecem benefícios multifuncionais, mas sua efetividade depende da inserção em políticas públicas inclusivas e planejamentos participativos. Conforme sintetizado na Quadro 1, diferentes modalidades de soluções baseadas na natureza apresentam múltiplos benefícios para o contexto urbano brasileiro.

Quadro 1 – Modalidades de soluções baseadas na natureza e seus benefícios urbanos

Tipo de NBS	Exemplos urbanos	Benefícios principais
Corredores ecológicos	Parque Capibaribe (Recife)	Conectividade ambiental, inclusão social
Hortas urbanas	São Paulo	Segurança alimentar, uso de espaços ociosos
Telhados verdes	Cidades europeias (ex: Freiburg)	Redução de temperatura, captação de água da chuva

Fonte: Kabisch *et al.* (2016); Beatley (2012); Diniz, Vieira Filho e Montezuma (2020).

Beatley (2012), ao analisar cidades europeias como Copenhague e Freiburg, demonstra que a integração entre planejamento urbano sustentável, transporte coletivo de baixa emissão e infraestrutura verde pode transformar os centros urbanos em ambientes mais saudáveis, justos e ambientalmente equilibrados. Contudo, sua aplicação requer enfrentamento de interesses imobiliários e modelos de desenvolvimento baseados na acumulação.

Nesse sentido, planejar cidades ecologicamente integradas é mais do que uma exigência técnica: é um imperativo ético e político. A reconstrução do tecido urbano com base em soluções baseadas na natureza (NBS) deve ser orientada não apenas pela eficiência ecológica, mas pela democratização do espaço urbano e da governança ambiental (Kabisch *et al.*, 2016).

Ecossocialismo e insurgência territorial

O ecossocialismo propõe uma crítica sistêmica ao modo de produção capitalista e sua lógica destrutiva do metabolismo entre sociedade e natureza. A crise climática é inseparável das estruturas capitalistas de exploração e que uma alternativa efetiva exige ruptura com a lógica de crescimento infinito, propondo um metabolismo urbano equilibrado entre sociedade e natureza. Inspirado em fundamentos marxistas e ecológicos, o ecossocialismo não apenas denuncia os limites ambientais do capitalismo, mas propõe uma reorganização profunda das relações sociais e territoriais, com base em práticas comunitárias, cooperativas e sustentáveis. (Angus, 2016; Löwy, 2019).

No contexto urbano, essa proposta manifesta-se por meio de insurgências territoriais que desafiam a lógica do mercado e constroem novas formas de viver e produzir a cidade. Hortas comunitárias, ocupações ecológicas, redes de economia solidária, movimentos por justiça climática e experiências de autogestão territorial são expressões contemporâneas dessas práticas insurgentes. (Harvey, 2012). A obra de Raquel Gutiérrez Aguilar (2015), ao abordar os movimentos sociais na Bolívia, contribui para compreender como comunidades organizadas constroem autonomamente alternativas ao modelo hegemônico. Embora voltada ao contexto latino-americano rural e indígena, sua análise é aplicável a formas urbanas de resistência como hortas comunitárias, redes de economia solidária e ocupações ecológicas urbanas.

Santos (2006) reforça essa perspectiva ao afirmar que o espaço urbano é resultado de múltiplas racionalidades – a técnica, a econômica e a social –, cuja síntese pode viabilizar um urbanismo voltado para a equidade e a sustentabilidade, rompendo com os paradigmas do crescimento desigual.

Essas práticas não apenas resistem ao modelo urbano hegemônico, mas criam formas de existência baseadas na reconexão com os ciclos naturais, na cooperação social e na valorização de saberes tradicionais. Ao integrar a crítica ao capital com a construção de alternativas territoriais concretas, o ecossocialismo urbano revela-se uma via promissora para a transformação estrutural das cidades diante da crise climática.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, voltada à compreensão das práticas ecossocialistas como alternativas para enfrentar os impactos da crise ambiental nas metrópoles brasileiras. Essa escolha metodológica justifica-se pela natureza do objeto de estudo, que exige interpretação contextualizada das dinâmicas socioambientais, dos discursos políticos e das experiências territoriais de resistência. A investigação ancora-se no método dedutivo, partindo de fundamentos teóricos mais amplos – como o ecossocialismo, a justiça ambiental e o direito à cidade – para a análise empírica de casos específicos no contexto urbano brasileiro.

Conforme Flick (2018), a pesquisa qualitativa permite a apreensão de significados complexos em fenômenos sociais e espaciais, especialmente quando não se busca a generalização estatística, mas a compreensão aprofundada de processos e estruturas. Por meio dessa abordagem, objetiva-se interpretar como determinados territórios urbanos articulam práticas ecossocialistas voltadas à mitigação das desigualdades ambientais e à construção de cidades mais resilientes e sustentáveis.

Abordagem qualitativa e método dedutivo

A adoção do método dedutivo parte da construção teórica fundamentada nos conceitos de crise ecológica sistêmica (Angus, 2016), ecossocialismo (Löwy, 2019) e urbanização desigual (Harvey, 1996), os quais orientam a análise de manifestações

concretas de resistência e reorganização territorial em áreas urbanas. O caminho investigativo parte, portanto, de categorias conceituais previamente estabelecidas – como justiça ambiental, insurgência territorial e infraestrutura verde – para examinar empiricamente sua presença, ausência ou reinterpretação em contextos urbanos distintos.

Essa abordagem permite articular escalas distintas – macroestruturas do capitalismo urbano e práticas locais de enfrentamento à crise climática – sem perder de vista a especificidade das experiências situadas. Segundo Minayo (2021), a investigação qualitativa exige coerência entre objeto, referencial teórico e método, além de sensibilidade para captar as múltiplas rationalidades em disputa no território.

Critérios de escolha das cidades

A seleção das cidades analisadas seguiu critérios fundamentados na literatura sobre urbanização e vulnerabilidade ambiental (Acselrad, 2009; Maricato, 2011), priorizando grandes metrópoles brasileiras que apresentem:

- (i) alta densidade populacional e processos intensivos de urbanização;
- (ii) evidências de impactos socioambientais decorrentes das mudanças climáticas (como inundações, ilhas de calor, poluição e deslizamentos); e
- (iii) presença documentada de iniciativas ecossocialistas, sejam elas promovidas por coletivos sociais, governos locais ou articulações híbridas.

Adicionalmente, considerou-se a existência de bases de dados confiáveis e acessíveis, como inventários municipais de emissão de gases de efeito estufa (GEE), planos diretores e estudos técnicos sobre vulnerabilidade climática. Essa triangulação entre critérios sociais, ambientais e de viabilidade empírica visa garantir robustez analítica e coerência com os objetivos da pesquisa.

Fontes de dados e procedimentos analíticos

A pesquisa foi desenvolvida em quatro etapas complementares. A primeira consistiu em revisão bibliográfica sistemática sobre a crise ambiental urbana e as

propostas ecossocialistas, com ênfase em publicações acadêmicas nacionais e internacionais, relatórios técnicos, documentos institucionais e literatura crítica em planejamento urbano. As principais bases de dados consultadas incluíram Scopus, Web of Science, SciELO e Google Scholar, priorizando materiais publicados entre 2015 e 2025.

Na segunda etapa, procedeu-se à seleção das cidades com base nos critérios descritos, seguida pela terceira etapa, de coleta de dados secundários. Foram considerados inventários de GEE, diagnósticos de sustentabilidade urbana, dados de uso do solo, e registros de iniciativas como hortas comunitárias, projetos de agroecologia urbana, corredores verdes e programas de justiça climática. Fontes oficiais, como IBGE, observatórios urbanos e secretarias municipais de meio ambiente e urbanismo, também foram incorporadas.

A quarta etapa corresponde à análise qualitativa, orientada por técnicas de análise de conteúdo temático (Bardin, 2011), buscando identificar padrões, divergências e correlações entre os dados. O objetivo não é produzir generalizações nomotéticas, mas construir uma interpretação situada e crítica das alternativas ecossocialistas no contexto urbano. As categorias analíticas derivadas da literatura – como “territórios de resistência”, “infraestruturas verdes” e “direito ecológico à cidade” – foram confrontadas com os dados empíricos, permitindo avaliar em que medida tais práticas contribuem para a transformação socioambiental das cidades analisadas.

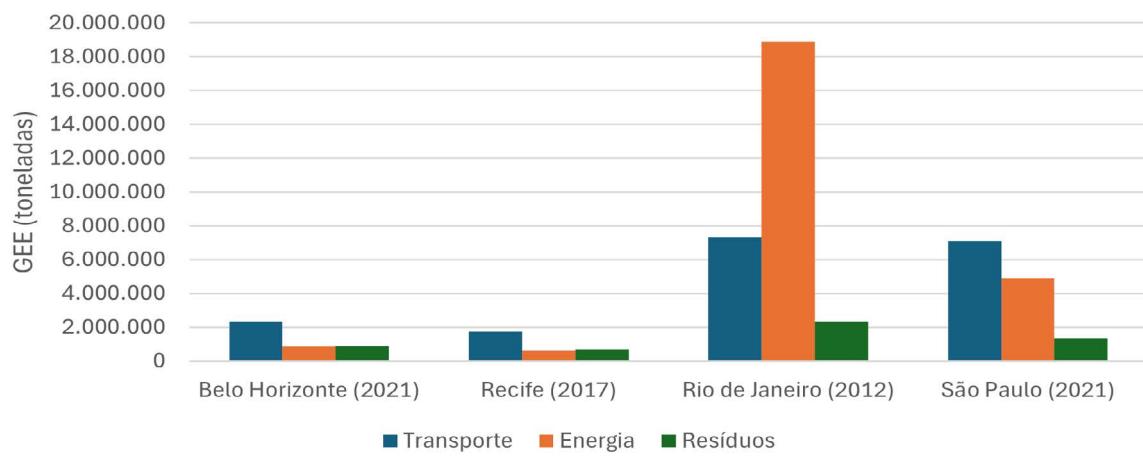
Discussão

Impactos diferenciados das crises ambientais nas metrópoles brasileiras

As metrópoles brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador, enfrentam uma série de desafios ambientais, intensificados pela urbanização descontrolada e pela falta de planejamento sustentável (Zeng *et al.*, 2016). As mudanças climáticas, como eventos extremos de calor, alagamentos e a degradação dos espaços naturais, têm impactado diretamente a qualidade de vida das populações urbanas, especialmente nas regiões periféricas, agravando as desigualdades sociais já presentes (Bulkeley *et al.*, 2013).

Conforme ilustrado na Figura 1, as emissões de GEE variam significativamente entre as metrópoles brasileiras, sendo os setores de transporte e energia os principais responsáveis. São Paulo, com altas emissões no setor de transporte, evidencia a necessidade urgente de uma infraestrutura de mobilidade sustentável. O Rio de Janeiro, por sua vez, apresenta maiores emissões nos setores de energia e resíduos, ressaltando a importância de práticas de recuperação ambiental e manejo de resíduos sólidos para mitigar os impactos climáticos. Esses dados reforçam a relevância das infraestruturas verdes como solução central para reduzir as emissões e melhorar a qualidade de vida nas grandes cidades.

Figura 1 – Emissões de gases de efeito estufa em metrópoles brasileiras



Fonte: Elaboração própria. Adaptado de inventários de emissões de GEE em Belo Horizonte (2021), Recife (2017), Rio de Janeiro (2012) e São Paulo (2021).

A reatualização das vulnerabilidades frente à crise climática

As crises ambientais nas metrópoles brasileiras têm se tornado mais frequentes nas últimas duas décadas. Em São Paulo, as inundações urbanas aumentaram significativamente devido à combinação de chuvas mais intensas e a urbanização acelerada, o que gerou impactos diretos nas áreas urbanas vulneráveis. A temperatura média na cidade aumentou até 4°C em algumas áreas devido ao excesso de concreto e à falta de áreas verdes (Escobar, 2020).

No Rio de Janeiro, as temperaturas recordes registradas em 2019 intensificaram as ilhas de calor em áreas periféricas, onde a infraestrutura é menos resiliente e as populações são mais vulneráveis a esses impactos. Enchentes e deslizamentos de terra, ocorreram no Rio de Janeiro, graças as intensas chuvas que afetam a

cidade, revelando a necessidade de um planejamento urbano mais robusto para enfrentar as mudanças climáticas (Marengo, 2019). Esses fenômenos revelam que as alterações climáticas estão exacerbando as vulnerabilidades já existentes nas grandes cidades brasileiras.

Práticas ecossocialistas e insurgências urbanas

A análise dos conceitos ecossocialistas aplicados ao contexto urbano revela que o modelo atual de desenvolvimento contribui para a segregação espacial e a exclusão das populações vulneráveis (Swyngedouw; Kaika, 2014). David Harvey (2006) destaca que o planejamento urbano tradicional, ligado à produção capitalista, limita alternativas sustentáveis e inclusivas.

A crítica ecossocialista parte do reconhecimento de que o metabolismo urbano capitalista é estruturalmente insustentável (Angus, 2016; Löwy, 2019). Essa perspectiva denuncia a mercantilização da natureza e propõe uma reorganização territorial baseada em justiça ecológica, autogestão e sustentabilidade. No contexto urbano, essa crítica se manifesta por meio de práticas insurgentes que desafiam o modelo dominante de desenvolvimento urbano – como hortas comunitárias, redes de agroecologia, zonas autogeridas e mobilizações por justiça climática (Harvey, 2012; Swyngedouw; Kaika, 2014).

Práticas insurgentes, como a agroecologia urbana e a criação de espaços verdes comunitários, vêm transformando o espaço urbano em busca de maior inclusão social (Villavicencio-Valdez *et al.*, 2020), como em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, com práticas que incluem a defesa de áreas verdes e espaços públicos, a resistência à localização de empreendimentos poluentes e a busca pelo tratamento adequado de água e saneamento básico (Acselrad, 2009). As infraestruturas verdes, como parques urbanos, reduzem ilhas de calor, melhoram a qualidade do ar e promovem a integração social (Beatley, 2012).

A agroecologia urbana tem mostrado grande potencial de transformação em metrópoles como São Paulo. Segundo Justo (2020), iniciativas de movimentos socioespaciais e socioterritoriais têm transformado áreas urbanas através da produção agroecológica, promovendo inclusão social e revitalização de áreas degradadas. Além disso, as hortas comunitárias em São Paulo, como a Horta

Comunitária de São Mateus, têm resistido à urbanização, revitalizando terrenos ociosos e oferecendo alimentos saudáveis para as comunidades locais, contribuindo para a segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida (Quinto *et al.*, 2021).

Em Recife, o Parque Capibaribe, construído em uma área anteriormente subutilizada ao longo do rio Capibaribe, regenerou o espaço ambientalmente, promoveu a integração social e incluiu a população local no processo de revitalização da cidade, contribuindo para uma maior sustentabilidade urbana (Diniz; Filho; Montezuma, 2020). A diversidade dessas iniciativas pode ser visualizada no Quadro 2, que sistematiza práticas ecossocialistas em diferentes contextos urbanos e os efeitos gerados em termos de inclusão e sustentabilidade.

Quadro 2 – Exemplos de práticas ecossocialistas em metrópoles brasileiras

Cidade	Prática ecossocialista	Impacto socioambiental
São Paulo	Hortas comunitárias (São Mateus)	Inclusão social, segurança alimentar, revitalização
Rio de Janeiro	Corredor Verde do Recreio	Redução de ilhas de calor, biodiversidade
Recife	Parque Capibaribe	Regeneração ambiental com inclusão social

Fonte: Elaboração própria com base em Justo (2020), Diniz; Filho; Montezuma (2020), Una City (2023).

Limites e possibilidades das soluções baseadas na natureza

Ainda que práticas como parques lineares, hortas urbanas e corredores ecológicos apresentem potencial para mitigar os efeitos da crise ambiental, sua implementação não é isenta de contradições. Estudos sobre o Parque Várzeas do Tietê, em São Paulo, mostram que bacias de retenção de águas pluviais, tem ajudado a mitigar enchentes e melhorar a adaptação climática na cidade. No entanto, o projeto enfrenta desafios no deslocamento de comunidades vulneráveis, destacando a complexidade da implementação em áreas urbanas periféricas (Henrique, 2018). O Corredor Verde do Recreio no Rio de Janeiro, tem sido fundamental para mitigar os efeitos das ilhas de calor e melhorar a gestão de águas pluviais, além de promover a coesão social e a educação ambiental. Essas intervenções criam conectividade ecológica e ajudam a restaurar a biodiversidade local, contribuindo para uma

cidade mais resiliente e adaptada às mudanças climáticas (C40 Cities, 2015; Una City, 2023).

Por fim, a análise indica que alternativas ecossocialistas no espaço urbano não apenas respondem à crise ecológica, mas questionam a própria lógica produtiva e espacial do capitalismo. Ao priorizarem o comum, a solidariedade e a reorganização territorial a partir das bases, essas práticas representam germes de uma cidade pós-capitalista, onde a sustentabilidade não é mercadoria, mas condição de vida digna.

Recomendações e Políticas Públicas

Diante dos desafios impostos pela crise ambiental no contexto urbano e das limitações dos modelos tradicionais de planejamento, torna-se necessário propor políticas públicas que articulem justiça ambiental, participação social e alternativas ecossocialistas. As recomendações aqui apresentadas orientam-se pelos princípios da sustentabilidade crítica, da equidade territorial e da democratização do espaço urbano.

Planejamento urbano orientado pela justiça socioambiental

As cidades brasileiras precisam adotar instrumentos de planejamento urbano que reconheçam as desigualdades ambientais como estruturais, e não como externalidades do processo de urbanização. Conforme Acselrad (2009), os riscos e danos ambientais são socialmente distribuídos, afetando desproporcionalmente populações de baixa renda. Políticas públicas devem incorporar critérios de justiça ambiental na formulação de planos diretores, zoneamentos e programas de infraestrutura urbana, priorizando intervenções em áreas historicamente negligenciadas.

Além disso, é recomendável que as gestões municipais desenvolvam sistemas de mapas de vulnerabilidade socioambiental, integrando dados de clima, renda, saúde e infraestrutura. Essas ferramentas podem subsidiar a definição de zonas prioritárias para ações de mitigação e adaptação às mudanças climáticas (Marengo, 2019; Kabisch *et al.*, 2016). As principais recomendações de políticas públicas alinhadas

ao ecossocialismo e à justiça ambiental estão sistematizadas no Quadro 3, com foco na equidade territorial, participação cidadã e sustentabilidade urbana.

Quadro 3 – Recomendações de políticas públicas ecossocialistas no contexto urbano

Eixo temático	Proposta de política pública	Objetivo
Planejamento urbano	Mapas de vulnerabilidade socioambiental	Planejamento equitativo e adaptado às mudanças
Apoio a comunidades autogestionadas	Fomento a hortas, cooperativas e ocupações ecológicas	Fortalecer insurgência territorial e justiça social
Nature-Based Solutions (NBS)	Protocolos participativos para planejamento e gestão	Evitar gentrificação verde e ampliar inclusão

Fonte: Elaboração própria com base em Acselrad (2009), Harvey (2012), Anguelovski et al. (2022).

Fomento a práticas ecossocialistas e apoio a comunidades autogestionadas

Experiências locais como hortas urbanas, redes de agroecologia, cooperativas de reciclagem e ocupações ecológicas constituem práticas que conjugam sustentabilidade, justiça social e produção coletiva do espaço. Essas iniciativas, ao desafiarem a lógica do capital urbano, configuram-se como manifestações de insurgência territorial e devem ser reconhecidas como parceiras estratégicas do poder público (Harvey, 2012; Löwy, 2019).

A institucionalização do apoio a tais práticas pode se dar por meio de políticas de fomento à economia solidária, de regulamentação de zonas de uso comunitário e de programas de regularização fundiária ambientalmente orientados, que valorizem a função socioambiental da terra urbana. Como defende Maricato (2011), reconhecer o protagonismo das periferias na produção da cidade é fundamental para reverter a lógica centro-periferia que estrutura o urbano brasileiro.

Integração de soluções baseadas na natureza com participação cidadã

As soluções baseadas na natureza (NBS, na sigla em inglês), como parques lineares, corredores verdes e infraestrutura de drenagem sustentável, devem ser incorporadas como parte das políticas climáticas urbanas, mas sempre ancoradas em processos participativos. A simples adoção técnica dessas soluções, sem

considerar os direitos dos grupos afetados, pode reproduzir desigualdades e gerar gentrificação verde (Anguelovski et al., 2022; Kabisch *et al.*, 2016).

Recomenda-se, portanto, a criação de protocolos participativos para o planejamento e gestão de NBS, envolvendo comunidades locais desde a concepção até a implementação e manutenção dos projetos. Experiências como o Parque Capibaribe, em Recife, mostram que é possível integrar regeneração ambiental com inclusão social (Diniz; Vieira Filho; Montezuma, 2020).

Reforma institucional e financiamento climático equitativo

Por fim, é necessário repensar as estruturas institucionais de governança urbana. A criação de secretarias municipais de justiça climática, conselhos multissetoriais permanentes e fundos de financiamento climático orientados por critérios redistributivos podem fortalecer uma abordagem ecossocialista na gestão pública. Como destaca Harvey (2012), a cidade é um campo de disputa política, e sua transformação depende da ampliação dos mecanismos de autogestão e controle popular sobre os recursos urbanos.

Nesse contexto, recomenda-se que a articulação dos municípios brasileiros com redes internacionais de cidades comprometidas com a sustentabilidade urbana e a justiça climática, como o C40 (Cities Climate Leadership Group), que congrega grandes cidades globais com metas ambiciosas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e o ICLEI (Governos Locais pela Sustentabilidade), voltado ao apoio técnico e político a governos locais na implementação de agendas climáticas e ambientais (C40 Cities, 2015; Bulkeley; Castán Broto; Edwards, 2013). A participação em tais redes possibilita o acesso a recursos financeiros internacionais, ferramentas de planejamento, capacitação técnica e boas práticas consolidadas. Além disso, a formação de consórcios intermunicipais e regionais pode fortalecer a governança ambiental em escala territorial, favorecendo soluções integradas e adaptadas às realidades socioambientais locais.

Conclusão

A presente pesquisa buscou compreender como as crises ambientais contemporâneas impactam as grandes cidades brasileiras e de que maneira

alternativas ecossocialistas podem contribuir para a construção de respostas sustentáveis e socialmente justas. A partir da análise de dados secundários, literatura especializada e experiências urbanas concretas, verificou-se que os efeitos da crise climática têm se manifestado de forma desigual, atingindo com maior intensidade os territórios periféricos e as populações vulnerabilizadas (Acselrad, 2009; Maricato, 2011).

Constatou-se ainda que, embora os planos de adaptação e resiliência urbana estejam presentes em diversas capitais brasileiras (como demonstram os inventários de emissões de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro), sua efetividade é limitada pela ausência de mecanismos redistributivos e participativos (C40 Cities, 2015; Belo Horizonte, 2021). Nesse sentido, abordagens baseadas em justiça ambiental e ecossocialismo revelam-se essenciais para reorientar o planejamento urbano.

O ecossocialismo, ao propor uma reorganização das relações entre sociedade e natureza, desafia os paradigmas do crescimento urbano baseado na mercantilização do solo e na exclusão socioespacial (Löwy, 2019; Angus, 2016). No contexto brasileiro, essa proposta encontra ressonância em práticas territoriais insurgentes, como hortas comunitárias, ocupações ecológicas e redes de economia solidária (Quinto; Ferreira; Irala, 2021; Justo, 2020), que articulam resistência socioambiental com produção de espaço urbano.

Tais experiências demonstram que a transição para cidades sustentáveis não se resume à adoção de tecnologias verdes, mas depende da construção de novas institucionalidades, pautadas pela democracia territorial e pelo direito à cidade (Harvey, 2012; Kaika; Swyngedouw, 2011).

Entre os limites desta pesquisa, destaca-se a dependência de dados secundários e a não realização de pesquisa de campo empírica. Recomenda-se que estudos futuros aprofundem a análise de experiências ecossocialistas em diferentes regiões metropolitanas, com especial atenção à relação entre infraestrutura verde, participação popular e redistribuição espacial de recursos.

Além disso, é fundamental que as futuras agendas de pesquisa considerem a articulação entre saberes técnicos e populares, incorporando perspectivas subalternas na formulação de políticas públicas urbanas (Kabisch *et al.*, 2016).

As práticas ecossocialistas discutidas neste estudo mostraram-se promissoras para mitigar as crises ambientais nas grandes metrópoles brasileiras, especialmente para comunidades marginalizadas, com práticas como a agroecologia urbana, os espaços verdes comunitários e as infraestruturas verdes.

Apesar disso, essas práticas enfrentam obstáculos de implementação, devido as barreiras políticas e econômicas. Para que tenham um impacto duradouro, é essencial que políticas públicas robustas sejam desenvolvidas, priorizando a sustentabilidade urbana. Medidas como incentivos fiscais para projetos de infraestruturas verdes, regulamentações que estimulem a mobilidade urbana sustentável, e financiamentos destinados à recuperação de áreas degradadas. Ademais, a adoção de tecnologias emergentes, como sensores climáticos, em pesquisas futuras, pode aumentar a eficácia dessas iniciativas, proporcionando uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e das infraestruturas verdes. O enfrentamento à crise ambiental exige, portanto, uma mudança paradigmática que recoloque a vida, e não o lucro, no centro do planejamento urbano.

18

Referências

- ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental e Cidadania**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ANGUELOVSKI, Isabelle; CONNOLLY, James J. T.; COLE, Helen; et al. Green gentrification in European and North American cities. **Nature Communications**, London, v. 13, art. 3816, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41467-022-31572-1>. Acesso em: 7 jun. 2025.
- ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene**: Fossil Capitalism and the Crisis of the Earth System. New York: Monthly Review Press, 2016.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BEATLEY, Timothy. **Green Urbanism**: Learning from European Cities. [E-book]. Washington, D.C.: Island Press, 2012. ISBN 9781610910132. Disponível em: <https://islandpress.org/books/green-urbanism>. Acesso em: 02 out. 2024.
- BELO HORIZONTE. **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Belo Horizonte**. Prefeitura de Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/>

gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/meio-ambiente/inventariofinal.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

BULKELEY, Harriet; CASTÁN BROTO, Vanessa; EDWARDS, Gareth A. S. **Cities and Climate Change: Urban Sustainability and Global Environmental Governance.** Londres: Routledge, 2013.

C40 CITIES. Cities100: Rio de Janeiro – Reservoirs and River Diversion Prevent Flooding. **C40 Cities**, 2015. Disponível em: <https://www.c40.org/case-studies/cities100-rio-de-janeiro-reservoirs-and-river-diversion-prevent-flooding/>. Acesso em: 02 de out. de 2024.

DINIZ, Fabiano Rocha; VIEIRA FILHO, Luiz; MONTEZUMA, Roberto. The Capibaribe Park Project, Recife: Using the River to Reinvent the City. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais (RBCIAMB)**, n. 55, p. 331-353, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5327/Z2176-947820200619>. Acesso em: 02 out. 2024.

ESCOBAR, Herton. Dados comprovam aumento de eventos climáticos extremos em São Paulo. **Jornal da USP**, São Paulo, 21 fev. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-ambientais/dados-comprovam-aumento-de-eventos-climaticos-extremos-em-sao-paulo/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.

GUTIÉRREZ AGUILAR, Raquel. **Rhythms of the Pachakuti:** indigenous uprising and state power in Bolivia. Durham: Duke University Press, 2014. Disponível em: <https://www.dukeupress.edu/rhythms-of-the-pachakuti>. Acesso em: 7 jun. 2025.

HARVEY, David. **Justice, Nature, and the Geography of Difference.** Malden: Blackwell, 1996.

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism:** A Theory of Uneven Geographical Development. Londres: Verso, 2006.

HARVEY, David. **Rebel Cities:** From the Right to the City to the Urban Revolution. London: Verso, 2012.

HENRIQUE, Karen Paiva. Landscapes of dispossession: examining adaptation and the persistent exclusion of the urban poor. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 42, n. 5, p. 864-881, 2018. Disponível em: <https://www>.

sydney.edu.au/sydney-environment-institute/news/2018/01/11/ej-series--part-9--landscapes-of-dispossession---examining-adapt.html. Acesso em: 02 de out. de 2024.

IPCC – INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate change 2022: impacts, adaptation and vulnerability.** Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

JUSTO, Marcelo Gomes. Agroecologia e agricultura urbana na cidade de São Paulo: movimentos socioespaciais e socioterritoriais. **Revista NERA**, v. 23, n. 55, p. 218–242, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47946/rnera.v0i55.6671>. Acesso em: 02 out. 2024.

KABISCH, Nadja et al. Nature-based solutions to climate change mitigation and adaptation in urban areas: perspectives on indicators, knowledge gaps, barriers, and opportunities for action. **Ecology and Society**, v. 21, n. 2, art. 39, 2016. Disponível em: <https://www.ecologyandsociety.org/vol21/iss2/art39/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

KAIKA, Maria; SWYNGEDOUW, Erik. The urbanization of nature: great promises, impasse, and new beginnings. In: BRIDGE, Gary; WATSON, Sophie (org.). **The new Blackwell companion to the city**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011. p. 96–107. Disponível em: https://www.academia.edu/12147925/Kaika_M_and_Swylngedouw_E_2011_The_Urbanization_of_Nature_Great_Promises_Impasse_and_New_Beginnings_In_Bridge_G_and_Watson_S_eds_The_New_Blackwell_Companion_to_the_City_pp_96_107_Oxford_Blackwell. Acesso em: 7 jun. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LÖWY, Michael. Why Ecosocialism: For a Red-Green Future. **Great Transition Initiative**, dezembro 2018. Disponível em: <https://www.greattransition.org/publication/why-ecosocialism-red-green-future>. Acesso em: 25 dez. 2025.

MARENKO, José A. Mudanças climáticas, impactos e políticas públicas para reduzir impactos. **ClimaCom**, 2019. Disponível em: <https://climacom.com.br>.

mudancasclimaticas.net.br/muda_ncas-climaticas-impactos-e-politicas-publicas-para-reduzir-impactos/. Acesso em: 02 de out. de 2024.

MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2021.

QUINTO, Antônio Carlos; FERREIRA, Ivanir; IRALA, Bruna. Hortas comunitárias resistem à urbanização na maior metrópole do Brasil. **Jornal da USP**, São Paulo, 5 nov. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/hortas-comunitarias-resistem-a-urbanizacao-na-maior-metropole-do-brasil/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

RECIFE. **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Recife.** Prefeitura de Recife, 2017. Disponível em: http://meioambiente.recife.pe.gov.br/sites/default/files/midia/arquivos/pagina-basica/3o_inventario_de_emissoes_de_gases_de_efeito_estufa_do_recife.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

RIO DE JANEIRO. **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de Rio de Janeiro.** Prefeitura do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/9_857523/4243419/InventariodeEmissoesdeGasesdeEfeitoEstufa2015.pdf. Acesso em: 30 set. 2024.

SACHS, Jeffrey. **The Age of Sustainable Development.** Nova York: Columbia University Press, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2006.

SÃO PAULO. **Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa de São Paulo.** Prefeitura de São Paulo, 2021. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/NOVO_Planilha%20sIntese%20Inventario%202021\(2\).pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/meio_ambiente/NOVO_Planilha%20sIntese%20Inventario%202021(2).pdf). Acesso em: 30 set. 2024.

SCHLOSBERG, David. **Defining environmental justice: theories, movements, and nature.** Oxford: Oxford University Press, 2007. Disponível em: https://books.google.com/books/about/Defining_Environmental_Justice.html?id=LGNFPgAACAAJ. Acesso em: 7 jun. 2025.

SWYNGEDOUW, Erik; KAIKA, Maria. Urban political ecology: great promises, deadlock... and new beginnings? **Documents d'Anàlisi Geogràfica**, Bellaterra, v. 60, n. 3, p. 459–481, 2014. Disponível em: https://www.raco.cat/index.php/Documents_Analisi/article/view/291302. Acesso em: 7 jun. 2025.

UNA CITY. Recreio Green Corridor – Rio de Janeiro. **Urban Nature Atlas**, 2023. Disponível em: <https://una.city/nbs/rio-de-janeiro/recreio-green-corridor>. Acesso em: 02 de out. de 2024.

VILLAVICENCIO-VALDEZ, Gabriela Valeria; JACOBI, J.; SCHNEIDER, M.; ALTIERI, M. A.; SUZÁN-AZPIRI, H. Urban agroecology enhances agrobiodiversity and resilient, biocultural food systems: The case of the semi-dryland and medium-sized Querétaro City, Mexico. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fsufs.2020.587607/full>. Acesso em: 02 de out. de 2024.

ZENG, Chen; DENG, Xiangzheng; DONG, Jianing; HU, Peiying. Urbanization and Sustainability: Comparison of the Processes in “BIC” Countries. **Sustainability**, v. 8, n. 4, p. 400, 2016. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/8/4/400>. Acesso em: 02 de out. de 2024.

NOTA

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

RECEBIDO EM: 07/06/2025

APROVADO EM: 20/10/2025

PUBLICADO EM: 31/10/2025